



DESINTERESSE PRIVADO EM GASTAR O LUCRO NAS TRAGÉDIAS SOCIAIS

A Corsan, empresa pública no Rio Grande do Sul que respondia às exigências constitucionais para sua responsabilidade com serviços essenciais, foi leiloada por R\$ 4,151 bilhões, 60% do seu valor de mercado, estimado em R\$ 7 bilhões, passando por cima de questionamentos extremos da legalidade por instituições sérias como MPRS, TJRS, TCU, TRT, TCE e TST, sendo alvo de CPI para investigar as irregularidades.

O interesse público foi entregue ao interesse privado com a Aegea, que demonstra imediatamente a sua incapacidade de fazer frente à grave tragédia que se abate sobre os gaúchos nas enchentes históricas.

Depois de demitir cerca de 2.200 trabalhadores que exerciam a atividade para garantir ao povo seu direito natural e constitucional ao saneamento, a Aegea vem paradoxalmente sendo socorrida por cerca de 20 técnicos da Copasa, além de outros tantos da Sabesp, ambas também ameaçadas de se transformarem em mais dois instrumentos entregues à ganância privada. Socorrer a população vem sendo tarefa histórica das

empresas públicas em tragédias, onde o Estado falha na proteção ambiental e na negligência de não fazer obras preventivas contra os desastres.

A Copasa socorreu exemplarmente a população durante da pandemia de Covid, quando a água foi determinante não apenas para hidratar e matar a sede, mas, principalmente, pela higienização contra a propagação do vírus. Socorreu ainda a população de Brumadinho na tragédia da Vale, que vitimou quase três centenas de trabalhadores e provocou um estrago sem precedentes, matando fauna e flora que dependiam das águas do Rio Paraopeba.

Socorrer uma empresa privada é tarefa corriqueira de empresa pública, sendo o contrário muito difícil sem a visão do lucro. Mais contraditório ainda é que a gravíssima tragédia enfrentada pela população do Rio Grande do Sul depende do socorro do Estado máximo e de suas instituições e políticas públicas, jogando por terra a política de Estado mínimo adotada pelo governo gaúcho, com a redução do Estado social e a privatização de estatais que prestam serviços essenciais e estratégicos.

Acompanhe mais informações em nosso site www.sindagua.com.br ou pelas redes sociais:



Facebook
/sindaguamg



Youtube
/sindagua.mg



Twitter
/sindaguamg



Instagram
/sindagua.mg



LinkedIn
/sindagua-mg



WhatsApp
(31) 3297-7227